



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 18 de Agosto de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Declaro abertos os trabalhos da quarta audiência pública de 2025 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realizada hoje, 18 de agosto.

Esta audiência pública foi convocada para ampliar o debate sobre a conscientização, prevenção e combate à violência contra a mulher, no âmbito do Agosto Lilás, conforme o Requerimento CCJ nº 10/2025, de autoria do Vereador Thammy Miranda, apresentado em 25 de junho de 2025.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo *site* da Câmara Municipal de São Paulo e pelo seu canal no YouTube e vem sendo anunciada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 12 de agosto. As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal na mesma data.

Os inscritos pelo *site* devem participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*, e o público presente que desejar se manifestar deve se inscrever na secretaria da Comissão. Cada inscrito terá três minutos para sua manifestação.

Foram convidados para esta audiência as Sras. Regina Célia da Silveira Santana, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Adriana Liporoni, Delegada Coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo – DDMs e Andréa Rodrigues, Presidente do Instituto Banco Vermelho; o Sr. Sérgio Murilo, Diretor Executivo do Instituto Êxito de Empreendedorismo; a Dra. Carla Góes, médica cirurgiã, fundadora e Presidente do Instituto Um Novo Olhar, e Cristiane Lemos Gomes, assistente financeira e vítima de violência doméstica.

Convido as pessoas presentes a comporem a Mesa. Sejam bem-vindos. (Pausa)

Antes de passar a palavra aos convidados, registro alguns projetos de lei de minha autoria, alguns já implementados e outros ainda em tramitação nesta Casa. Logo no início do meu primeiro mandato, apresentei um requerimento para que a lei do auxílio-aluguel destinado às mulheres vítimas de violência fosse efetivamente aplicada. Graças a esse requerimento, o benefício passou a vigorar, contribuindo para a autonomia e o fortalecimento dos direitos das

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 2 DE 43

fls. 6

mulheres em situação de vulnerabilidade. Foi por meio dessa iniciativa, inclusive, que tive a oportunidade de conhecer a Sra. Cristiane.

Destaco ainda o PL nº 104/2023, que trata do uso de tornozeleiras eletrônicas em prol da proteção de mulheres vítimas de violência doméstica. O objetivo é garantir que o agressor cumpra as medidas protetivas e não se aproxime da vítima. Caso ocorra aproximação indevida, a Polícia é imediatamente acionada, aumentando a segurança e preservando a vida das mulheres em risco.

Outro projeto em tramitação nesta Casa é o PL nº 759/2023, que dispõe sobre a proibição de participação em concursos públicos, cargos e Conselhos para pessoas condenadas com base na Lei Maria da Penha ou na Lei do Feminicídio. Esse projeto busca impedir que condenados possam assumir cargos na Administração Pública, integrar Conselhos ou estabelecer parcerias com a Prefeitura, quando dirigentes de organizações. A medida busca garantir que os agressores não ocupem posições de poder ou influência.

Tenho também o projeto 176/2024, que é o selo Empresa Amiga da Mulher Vítima de Violência, que cria um selo para identificar empresas que apoiam a inclusão profissional de mulheres vítimas de violência. Para receber o selo, a empresa deve cumprir pelo menos dois critérios, como contratar mulheres vítimas de violência, promover igualdade salarial, apoiar a participação feminina em cargos de liderança e realizar campanhas contra a violência. O selo pode ser usado na divulgação da empresa. E terá validade de dois anos, sendo renovável. A iniciativa incentiva o mercado de trabalho para ser mais acolhedor e mais justo para essas mulheres.

E tenho também um PL, que é o 192/2025, o Programa Mulher Protegida. O Programa Mulher Protegida, de minha autoria, é destinado à atenção, proteção e defesa das mulheres. A proposta reúne diferentes áreas da Prefeitura para acompanhar, proteger, apoiar essas mulheres, com visitas domiciliares, monitoramento das medidas protetivas e encaminhamento para serviços de assistência. Os profissionais envolvidos passarão por qualificação para oferecer atendimento humanizado e eficiente. A iniciativa fortalece a rede de

proteção e combate à violência. A iniciativa fortalece a rede de proteção e combate à violência contra a mulher na cidade de São Paulo. Esses são alguns projetos nossos que estão em andamento.

E se Deus quiser, a gente vai conseguir aprovar para cada vez mais conseguir proteger as mulheres e as mulheres principalmente vítimas de violência. Bom, eu queria começar com um vídeo da Doutora, da Delegada Adriana Liporoni, que é a Coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher.

A SRA. ADRIANA LIPORONI – (por vídeo) – Boa noite a todos. Eu sou Adriana Liporini, Delegada de Polícia das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo. E é uma honra estar aqui hoje, nessa audiência pública, a convite do Vereador Thammy Miranda, para trazer à tona um tema de extrema importância, um tema que temos enfrentado arduamente, que é a violência doméstica, principalmente nesse mês em que marcamos o “Agosto Lilás”, que é um período de visibilidade a essas políticas públicas de enfrentamento à violência. Nós sabemos que a violência doméstica assola a sociedade, é um fenômeno mundial, que atinge mulheres em todos os dias, em diferentes culturas, classes, territórios.

Um crime que rouba vidas e estrutura famílias, deixa marcas profundas em toda a comunidade. Mas eu vou; mas ele não surge do nada. Ele é o ápice de uma sequência de violências, muitas vezes naturalizadas e toleradas, e silenciadas pelas próprias mulheres.

É por isso que o enfrentamento à violência necessita começar muito antes da agressão física ou da morte. A Lei Maria da Penha reconheceu isso, ao prever cinco formas de violência, todas extremamente danosas, mesmo quando não deixam marcas visíveis.

Todos nós conhecemos a violência física, é a mais perceptível: socos, empurrões, queimaduras, agressões corporais; mas também temos a violência psicológica, que é feita de humilhações, ameaças, chantagem, isolamento, controle emocional; a violência moral, que ofenda a dignidade da mulher com calúnias, difamações, insultos, e muitas vezes em público ou até nas redes sociais; já a violência sexual ocorre quando o corpo da mulher é violado, inclusive dentro de relacionamentos íntimos, ou quando ela é impedida de decidir sobre a sua sexualidade;

e a violência patrimonial, que retém documentos ou controla os recursos financeiros da vítima, forçando a dependência.

Infelizmente, muitas mulheres só reconhecem a violência física como algo grave. As outras formas de agressão, muitas vezes desconhecidas pela mulher e pela sociedade, como a psicológica, moral, patrimonial, sexual, são muitas vezes normalizadas, invisibilizadas ou até justificadas como problemas do casal. Não. Essa falsa naturalidade retarda a denúncia e prolonga o sofrimento, aprofundando o ciclo da violência. Essas violências se sobrepõem, se alimentam e se agravam com o tempo. Por isso, o primeiro sinal deve ser levado a sério. É aí que o Estado deve agir.

O Governo do estado de São Paulo sempre foi pioneiro nesse enfrentamento. Em 1985, criou a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher do Brasil e do mundo. Hoje, são 142 Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher em funcionamento e 164 salas de DDM espalhadas por todo o estado de São Paulo. Essas salas têm o condão de oferecer à mulher o caráter reservado de atendimento. Elas são encontradas, muitas vezes, pelo Estado, em delegacias convencionais que funcionam ininterruptamente.

E a mulher tem a possibilidade de ser atendida pelo próprio plantonista policial ou, quando conduzida a essa sala, por meio de videoconferência pela DDM *on-line*. Nós temos, também, o condão de oferecer à mulher o caráter reservado de atendimento. Nós temos, também, a sala DDM *on-line*, que é uma tecnologia avançada onde a mulher, de qualquer lugar onde ela esteja, seja com o seu celular, num ônibus, no trabalho, de um *tablet*, de um computador, de uma *lan house*, ela pode fazer um boletim de ocorrência, pedir medida protetiva e sair dessa situação com mais uma camada de proteção.

Então, a Polícia Civil tem esse papel primordial de investigar. E é o que faz com excelência. Mas as DDMs são muito mais do que unidades de apuração criminal. Elas são polos de escuta ativa, acolhimento, orientação e proteção. São nesses espaços que as mulheres iniciam um novo ciclo de vida, muitas vezes livres do medo e amparadas pela Justiça. A gente diz que a DDM é a primeira porta de acesso à Justiça. E nada disso funciona se a violência não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 5 DE 43

fls. 9

for revelada. Nós dizemos que a subnotificação da mulher pode matar. E quando o feminicídio acontece, a sociedade falhou com aquela mulher. Por isso, o enfrentamento exige a integração de toda a rede – não só a Polícia Civil, como também o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Judiciário, a Assistência Social, a Saúde, a Educação, a Sociedade Civil. Não há proteção efetiva sem articulação com os órgãos, sem escuta e sem um compromisso coletivo.

Bom, por fim, eu gostaria de deixar um apelo. Se você sofre qualquer tipo de violência, conhece alguém que sofra, denuncie, busque ajuda. Você estará salvando uma vida ou várias vidas. A Polícia Civil de São Paulo está preparada para acolher, investigar e proteger.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Dra. Adriana Liporoni. Antes de eu chamar a nossa Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, a Regina, eu gostaria de agradecer a presença da Thaís Vaz.

Gostaria de convidar para a Mesa a Thaís, para sentar com a gente. E seja muito bem-vinda. E eu gostaria de passar a palavra agora para a nossa Secretária de Direitos Humanos, Regina Célia.

A SRA. REGINA CÉLIA DA SILVEIRA SANTANA – Boa noite a todos, a todas e a todes. Para mim é uma imensa alegria. E com certeza não podia deixar de atender esse convite muito especial do nosso Vereador Thammy Miranda, que, além de ser um vereador com muitos trabalhos na cidade de São Paulo, também é Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação na Câmara Municipal de São Paulo, uma das comissões mais importantes da Câmara. Porque sem o aval dessa comissão, muitos projetos de lei não tramitam. Quero também saudar a Sra. Cristiane Lemos Gomes, vítima de violência doméstica. Saúdo também a Dra. Adriana Liporoni, Delegada Coordenadora da Delegacia de Defesa da Mulher no estado de São Paulo, que nos deu a honra de fazer sua preleção pelo vídeo. E nos contar muitas questões importantíssimas na proteção e defesa da mulher.

Saúdo também a Sra. Andréa Rodrigues, Presidente do Instituto Banco Vermelho. Saúdo também o Sr. Sérgio Murilo, Diretor Executivo do Instituto Êxito Empreendedorismo e

todas as pessoas presentes, os Parlamentares que porventura estão acompanhando esta audiência pública e, principalmente, quem está aqui, hoje, nesta audiência para não só comemorarmos o Agosto Lilás, mas principalmente refletir e buscar meios para que possamos enfrentar esse mal que assola milhares de mulheres e meninas e fazer com que haja uma correta diminuição.

Então, quero trazer algumas informações a respeito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que temos uma Coordenação de Política para as Mulheres e lá temos muitos trabalhos. Dentre eles, a gente começa trazendo dados, porque você não é realiza nenhum trabalho se você não tiver dados.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e também do IPEA, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre os anos de 2013 a 2023, mais de 47 mil mulheres foram assassinadas no Brasil.

Quando a gente fala do nosso município, a gente sabe que entre janeiro e abril de 2025, o Estado de São Paulo registrou 71 mil boletins de ocorrência. Esses boletins versavam sobre violência doméstica. Então, contra mulheres. Sabemos que houve um aumento significativo de mais de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Outra questão que quero trazer e que nós, lá na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, vamos começar a trabalhar nos nossos equipamentos é a violência contra as meninas, porque temos um dado que quando a gente soma meninas e mulheres vítimas de violência, de acordo com o IPEA, estamos falando de 221.240 vítimas. Desse total, quase 145 mil é violência doméstica.

Quando falamos de meninas – a gente tem a Luciana Temer, que é uma especialista no tema, que ela fala muito disso, do Instituto Libertas –, a grande maioria, mais de 90% da violência contra as meninas, acontece dentro de casa e com pessoas próximas, parentes, padrastos, pessoas ali do círculo familiar.

Então, sabemos que a gente deve tudo isso à grande guerreira que é a Maria da Penha, então, infelizmente precisou acontecer tudo aquilo com ela para que pudéssemos ter

hoje esse olhar da violência doméstica.

Não é só falar de dados, mas também temos que falar de recursos quando tratamos de violência doméstica. Quero trazer um dado muito importante, que não é a Prefeitura. Esse dado é do *Poder 360*.

O ano passado, o *Poder 360* fez uma pesquisa desde 2003 com os prefeitos que estiveram na Prefeitura de São Paulo até a gestão do Prefeito Ricardo Nunes. Trago um dado que todos, ao final, se quiserem olhar, estará disponível. Quem mais colocou dinheiro, orçamento, foi o Prefeito Ricardo Nunes. Teve um aumento no investimento nas políticas públicas para prevenir a violência contra mulheres e orçamento da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, de 2025, é de R\$ 56,2 milhões.

Um aumento de 40,5%. Então, estou falando, não é a Prefeitura que está trazendo, não, é o *Poder 360* que faz um mapeamento de todos os prefeitos. Vamos ver que tivemos prefeito que colocou até Secretaria, colocou meia dúzia de mulheres lá, mas dinheiro que é bom, nada. Então, o *Poder 360* é que está trazendo a informação.

Quero falar dos nossos equipamentos. Hoje, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, na Coordenação de Política para as Mulheres, tem 33 equipamentos, sendo o mais importante a Casa da Mulher Brasileira, que é uma parceria com o Governo Federal, com o Governo do Estado de São Paulo e quem mais injeta recursos lá é a Prefeitura de São Paulo, na gestão do nosso Prefeito Ricardo Nunes. Além disso, temos também 32 equipamentos que se chamam Centro de Referência e Centro de Convivência da Mulher, espalhados pela cidade inteira.

Adquirimos, em março deste ano, um equipamento móvel, que é uma van móvel de mulheres. É pouco, viu, gente? Uma só não dá conta. Por quê? Porque temos de ir aos locais mais afastados. E o que fizemos? Por orientação do nosso Prefeito Ricardo Nunes, colocamos no nosso gabinete uma pessoa de periferia, de comunidade, e é ela que faz toda a coordenação desse equipamento móvel, porque o equipamento vai às favelas, vai às comunidades, porque muitas vezes a mulher não consegue ir até o equipamento por vários motivos.

Então, esse equipamento funciona de terça a domingo e estamos com muitas demandas. Tem dia que a gente tem que sortear quem a gente vai atender, mas está dando resultado. Por quê? A gente vai até as mulheres. Com essa liderança que temos chamada Maura, as mulheres têm condições de se abrir com ela, porque a gente tem uma equipe multidisciplinar, de assistente social, de psicólogas e advogadas. Porém, nem sempre esses profissionais sabem falar aquela linguagem daquela mulher que está sofrendo, mas a Maura sabe e os resultados são positivos.

Além disso, também, firmamos um protocolo, um memorando de intenções com a ONU Mulheres Brasil. Porque não adianta apenas você só falar da violência, falar da violência, mas não empoderar essas mulheres para que elas possam sair do ciclo de violência.

Já selecionamos três organizações sociais, encaminhamos à ONU Mulheres Brasil, que está fazendo a seleção para o mais rápido possível, realizarmos essas oficinas. Já temos três lugares onde vamos iniciar, que são abrigos de mulheres – mulheres que estão abrigadas em razão de violência e também mulheres que estão abrigadas em decorrência de que vieram de outros municípios, de outros estados, até de outros países. Então, a gente quer começar com essas mulheres e depois levar para a cidade de São Paulo inteira.

Além disso, também temos uma política pública, que é o protocolo Não Se Cale. É uma lei municipal que visa atender principalmente aquelas mulheres que estão em locais de lazer, como baladas, restaurantes, casas noturnas, enfim. A cidade de São Paulo, na gestão do nosso Prefeito Ricardo Nunes, inovou. Além de estar nesses locais, também olhamos para dentro da Prefeitura e estamos em três grandes eventos da cidade de São Paulo.

Primeiro o Carnaval. Fizemos o protocolo Não se Cale no Carnaval de rua; no Carnaval do Sambódromo, que é da Liga; e no Carnaval da UESP. Então, estivemos lá com a tenda de acolhimento olhando para as mulheres que querem se divertir, mas que, infelizmente, muitas vezes sofrem algum assédio e até agressão.

Além do Carnaval, tivemos a oportunidade, este ano, de estar em 20 pontos na Virada Cultural, que foi no Centro e na periferia, mas estávamos com a nossa tenda de Direitos

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 9 DE 43

Humanos e com esse olhar para que as mulheres pudessem se divertir tranquilamente. E estaremos também no *réveillon* da Avenida Paulista, no final do ano.

Além disso, também temos uma outra política, que é uma política necessária. Porém, eu espero que não precisemos mais ter essa política. Qual é? É o Auxílio Ampara. O Auxílio Ampara é destinado às vítimas do feminicídio. Então, hoje temos, na cidade de São Paulo, 71 destinatários deste benefício que é pago a bagatela de R\$1.500 a essas vítimas. Por isso que falei, porque é muito triste, temos de pagar, mas o que esperamos é que não haja mais feminicídio. E há uma série de regras, porque, muitas vezes, falamos que teve um feminicídio, mas quem apura é realmente a delegacia de polícia, porque no boletim de ocorrência e também na certidão de óbito precisa estar lá: feminicídio. Se não estiver, as vítimas não poderão ser contempladas desse Auxílio Ampara.

Além disso, também temos Sinergia. Não é um programa da própria Secretaria de Direitos Humanos, mas trabalhamos em conjunto. Então, na segurança urbana, com a Guarda Metropolitana de São Paulo, a Polícia Civil, temos o programa Guardiã Maria da Penha, que também é uma parceria com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com a Secretaria de Assistência Social e outras parcerias que fazemos através do IDMAS, da GCM, que trabalha especificamente nessa questão da violência contra a mulher.

Uma outra parceria também que temos é com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que é o Aluguel Social. Então, as mulheres vítimas de violência têm todo um procedimento em que elas também recebem esse Aluguel Social para que possam sair daquele ciclo de violência e não estarem junto ao agressor.

Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, temos alguns programas que beneficiam mulheres. Dentre eles, é o Transcidadania, porque muitas pessoas pensam que mulher... Não. Temos mulheres trans e temos de olhar para elas, sim, porque são mulheres e precisam também ter esse olhar. Então, temos o Transcidadania, que é o Programa Operação Trabalho Transcidadania. Temos também o POT Oportunidades, que é para a pessoa em situação de rua e também onde temos mulheres que, infelizmente, estão nessa situação. E temos

o Programa Operação Trabalho de Abastecimento, da Secretarias Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e Abastecimento. Temos o Programa Tem Saída, que é para as mulheres em situação de violência, para que possam ter uma autonomia financeira. Temos uma renovação, que fizemos nesse Tem Saída agora em março de 2025, que além do Ministério Público, Tribunal de Justiça, OAB, houve a inserção da Secretaria de Segurança Urbana, através da GCM, e também da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Assistência. Além disso, também temos o programa POT Mães Guardiãs, que é um trabalho também com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho para aquelas mães que podem exercer a sua atividade dentro das escolas, dentro da rede municipal de ensino, em que há também esse pagamento.

Na questão da habitação, temos também o programa Pode Entrar para mulheres vítimas de violência. É um decreto municipal de 2022, em que há uma destinação de 5% das vagas às mulheres vítimas de violência.

Além disso, também temos outros programas em que há uma ligação direta com a Secretaria Municipal de Saúde. Então, temos núcleos de prevenção à violência; protocolos padronizados; notificação compulsória e acompanhamento psicológico especializado.

Um outro trabalho que temos é com a SPTrans, que é a questão de uma campanha: Ponto Final ao Abuso Sexual nos Ônibus de São Paulo. Então, para conscientizar da importunação que muitas mulheres sofrem no transporte público, especialmente nos ônibus.

Outra questão também, que aí temos o aplicativo e canais de atendimento, em que temos o Socorro Imediato, que é um botão de emergência disponível no aplicativo gratuito SP Mulher Segura, destinado às mulheres com medidas protetivas assistidas pelo programa Guardiã Maria da Penha.

Então, enfim, temos muitas políticas. Porém, o que estamos debruçando? Na semana passada, fomos para Bogotá, na Colômbia, para trabalharmos essa questão da violência contra a mulher e contra as meninas, e saímos de lá com mais um dever, que é o dever do cuidado. Então, além de trabalharmos com essa questão de combater a violência contra as

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 15

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 11 DE 43

mulheres e contra as meninas, temos também de ter esse olhar de cuidado, porque não adianta você só chegar para a mulher e falar pra ela: “Denuncie”. Denunciou. Sim, ela vai, faz o boletim de ocorrência, tem uma medida protetiva, mas precisamos também trabalhar com essa questão de cuidado, porque a mulher tem todo esse ciclo, mas depois como fica a questão dela? Como fica a vida dela? E sabemos que a Prefeitura de São Paulo, na Gestão do nosso Prefeito Ricardo Nunes, que tem um olhar muito sensível para todas as questões, especialmente para as mulheres, tem este olhar também para o cuidado. Tanto é que ele assinou, através do Mercocidades, a intenção de se trabalhar com isso na cidade de São Paulo. Por isso que ele solicitou que eu fosse até Bogotá, na Colômbia e fiquei uma semana em formação para conhecer até um equipamento que lá existe e para ver como que podemos trabalhar na cidade de São Paulo.

Então, sabemos que o desafio é grande. Muitas coisas já foram feitas e estão sendo, mas também temos consciência de que precisamos fazer mais e para fazer mais precisamos, sim, do Poder Legislativo, através do Vereador Thammy, que tem esse olhar sensível para a questão, e de todos os Parlamentares desta Casa, e principalmente a sociedade, porque ninguém faz nada sozinho.

Meu muito obrigada e sempre coloco a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania à inteira disposição, não só para trazer contribuições, mas também se houver qualquer coisa em desacordo, venham, venham falar conosco. Porque se estamos lá sentados, é para trabalhar, para que tenhamos uma cidade mais justa, mais equânime e, principalmente, combatermos a violência contra as mulheres e meninas.

Meu muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Secretária.

Passo a palavra agora para a Dra. Carla Góes, Médica Cirurgiã e fundadora e presidente do Instituto Um Novo Olhar.

A SRA. CARLA GÓES – Em primeiro lugar, agradeço ao nosso Vereador Thammy. Como bem foi dito pela nossa Secretária, tem um olhar extremamente sensível à causa. E

agradeço a todos os dirigentes desta Casa. Um boa noite muito especial e agradeço a oportunidade, porque sabemos as dificuldades que encontramos quando se fala em violência contra a mulher, em violência doméstica.

O trabalho do Instituto é o trabalho de uma vida. Em 2018, ele recebeu o nome de Instituto Um Novo Olhar, que significa o quê? Um novo olhar sobre a violência, que é muito necessário, porque temos aquela situação que, depois da Lei Maria da Penha, muitas coisas foram mudando, muitas leis, muitos aparelhos, como bem a Secretária falou. Mas a mulher ainda se sente extremamente insegura, porque ela se sente sempre julgada, ela nunca se sente extremamente amparada, e o Instituto Um Novo Olhar nasceu com essa intenção.

Nós temos um trabalho que é muito importante também. É um serviço que começou muito mais forte durante a pandemia, porque as pessoas não tinham condições de sair, não tinham condições de se comunicar; então, realmente foi quando transbordou os índices de violência contra as mulheres: os casais muito dentro de casa, o convívio. Nunca se viram números tão extensos.

E perguntam: “Será que aumentou na pandemia, ou será que já existia”? Ou hoje, como nós ouvimos agora os noticiários, todas as mensagens, o número de mulheres mortas, vítimas de feminicídio; ou a violência, que começa emocional, patrimonial, nas escolas. E hoje nós temos esse trabalho que é muito importante.

Mas, lá atrás, nós criamos um canal de denúncia, que é um número de *WhatsApp*. Criamos sem muitas intenções, timidamente, era só uma forma da pessoa, através do Instagram, mandar uma mensagem ali; e nós fomos vendo os números que iam aumentando, aumentando.

A violência não escolhe classe social, cor da pele, nível cultural; ela está em todas as camadas da sociedade. E eu me atrevo a dizer que, durante a pandemia, nós pudemos ver os números de pessoas muito importantes, como CEO de grandes empresas, que vive a violência também.

Então, nós temos que fazer esse alerta, porque falam muito assim: “Ai, é só mulher, que não tem condição, que mora ali na periferia, que sofre violência doméstica”. E nós sabemos

que não é exatamente isso.

Nesse canal de denúncia hoje, quando a mulher manda uma mensagem, um simples “oi”, ela já recebe um *link*. Naquele *link*, ela conta a história dela, rapidamente, e ela pode também – isso é importante – denunciar alguém. Por exemplo, a vizinha. Não na emergência, a emergência é 190, mas ela pode mandar ali e é sempre ouvido, em um período de 24 horas, ela já vai estar falando com a nossa equipe de psicologia, com assistente social e uma orientação jurídica, porque é essa a grande dúvida, a mulher fica insegura: Será que eu vou contar? Será que eu vou ser julgada novamente?

O Instituto Um Novo Olhar começou com um grande desafio: de fazer as reconstruções faciais.

Porque o agressor, quando vai agredir aquela mulher, ele quer agredir na face. Ele quer realmente deixar a marca dele naquela mulher, envergonhá-la, tirá-la dos relacionamentos. E, geralmente ela já está meio afastada, mas realmente tira até do convívio com as pessoas mais próximas.

Mesmo fazendo essa reconstrução, nós vimos a dificuldade que as mulheres tinham na parte de psicologia e de psiquiatria. Foi nesse momento que eu entrei em contato com o Hospital das Clínicas, com o Instituto de Psiquiatria, e levamos para lá o Instituto Um Novo Olhar. Em 2021, criamos o primeiro ambulatório de saúde mental para as mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos. Acho isso muito importante, Vereador.

Nós sabemos que, se a mulher não estiver fortalecida e seus filhos também, ela não vai conseguir sair disso. Ela não tem forças para se erguer, não tem força para voltar ao ciclo de amizade, de trabalho, principalmente. Então, são poucas as mulheres que se não tiverem todo esse apoio que vai psicologia, psiquiatria, reconstrução facial, orientação jurídica. Ela não consegue fazer isso acontecer. Eu trouxe, eu acho que um outro que.

Fala um pouquinho que na época foi lançado, quando surgiu todo esse assunto e nós ficamos assim.

Gente felizes porque a psiquiatria faz muita diferença. Mas nós hoje trabalhamos uma

causa muito importante, que é a prevenção. Nós temos a cartilha basta de violência.

Nessa cartilha, explicamos o que é violência, porque muitas meninas e mulheres nem sabem que estão vivendo essa violência. Às vezes, ela já está passando por aquilo e acha que é normal. Também explicamos os estágios da violência, o ciclo da violência, mostrando que nunca houve tantas agressões no ambiente escolar como hoje, porque as crianças estão reproduzindo o que elas veem em casa. Então, um dos grandes desafios do Instituto Um Novo Olhar também será levar isso para as escolas, para fazer uma prevenção ali.

Quem lembra da Sabesp, quando as crianças começaram a ser educadas a fechar a torneira? Elas foram educando os seus pais. Então, eu acredito piamente que essa prevenção, esse trabalho escolar, cuidando também de toda a equipe que dá assistência, será um grande diferencial, porque senão nós ficamos sempre enxugando gelo e sempre naquela condição em que você atende uma e surgem 10.

O Instituto está crescendo, ele já é um garotinho hoje, mas sabemos que é um trabalho longo, um trabalho que exige muita dedicação e que nós realmente precisamos dar continuidade.

Vejo que a prevenção é, sem dúvida, o grande diferencial; porque a criança, a menina, o adolescente, vai diagnosticar aquela violência. E nossos ambientes escolares têm que estar preparados para reconhecer esses sinais, para atender essas famílias e saber como agir.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Eu sou um fã incondicional da Dra. Carla, do trabalho que ela faz. Eu conheci a Dra. Carla através de uma amiga e quando eu fui ao consultório dela mesmo. Ela é uma dermatologista muito bem-sucedida, muito conhecida, principalmente no meio artístico, atende muitas pessoas famosas e não precisaria se preocupar com mais nada. Porém, quando ela me mostrou o trabalho que ela fazia e que ela gostaria de ampliar, eu acho que eu não conseguiria dormir mais um dia em paz se eu não a ajudasse a fazer com que esse Instituto cresça cada vez mais.

Eu já falei para isso para você, no particular, e falo publicamente. Conte comigo

sempre para ampliar esse Instituto cada vez mais. Na verdade, eu gostaria que o seu Instituto fechasse. Porém, como nós sabemos que, infelizmente, ainda não é o caso, que possamos ter cada vez mais força para ampliar e atender essas mulheres que necessitam.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Sérgio Murilo, Diretor-Executivo do Instituto Êxito de Empreendedorismo.

O SR. SÉRGIO MURILO – Boa noite a todos e a todas que estão presentes e também de forma remota. Queria aqui saudar o Vereador Thammy Miranda, autor do requerimento desta audiência pública, e todos os Vereadores que aprovaram esse requerimento; saudar a Secretária de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, Professora Regina Célia; saudar também a Sra. Cristiane Lemos, a Sra. Thaís Vaz e a Dra. Carla Góes, do Instituto Um Novo Olhar, que desde já parabenizo pelo belo trabalho.

Eu queria parabenizar não só o Vereador Thammy, como também a Câmara dos Vereadores, e parabenizar também todas as instituições que abraçaram essa causa. A gente sabe que, por muito tempo, esse tema ficou meio que numa epidemia invisível. Eu acredito que, com a exposição dessas feridas e destaco o grande papel da imprensa de noticiar esses casos, também as vítimas de denunciarem, terem a coragem, até porque elas se sentem hoje, atualmente, um pouco mais acolhidas do que há tempos atrás.

Logicamente, a gente tem um aumento de notificações em relação a essa questão. Então, desde já, sabemos que o trabalho que vem sendo desenvolvido por várias instituições neste país – e, desde já, parabenizo o Instituto Maria da Penha, na pessoa da nossa querida Penha, que temos muita ligação, já participou de vários eventos conosco; o Instituto Banco Vermelho também, que vai se pronunciar hoje; como também o Grupo Mulheres do Brasil, que vem fazendo um belo trabalho no nosso país.

Eu acredito, Vereador Thammy, que precisamos, a partir de discussões como essa, virar a página. O Brasil não pode continuar sendo o quinto país que mais mata mulheres. Não podemos mais aceitar a quantidade de estupros que vem acontecendo em nosso país. Não podemos mais aceitar que mulheres pretas e jovens sejam as principais vítimas; e que esses

casos aconteçam, na grande maioria das vezes, dentro de casa, e por pessoas próximas.

Sabemos onde a violência está. Sabemos também que muitas vezes o ambiente familiar é um local inviolável, e, a qualquer momento, isso pode vir a acontecer sem que o Poder Público e as autoridades tenham condições de agir preventivamente. Agora, cabe aos familiares, aos vizinhos, a todas as pessoas, e, principalmente, às mulheres que convivem num relacionamento que começa a dar sinais de abusividade, a caírem fora. E as pessoas a se meterem.

Essa história de que, em briga de marido e mulher, não se mete a colher; mete, sim, metemos logo a polícia. Eu acho que precisamos acabar com essa questão de que ninguém se mete. E se mete, sim, tanto que hoje existe uma legislação pelo qual os condomínios são obrigados a denunciar casos de violência doméstica dentro desses condomínios. E nós precisamos que esses condomínios também estejam também preparados para acolher e saber agir em determinados momentos.

Essa união da sociedade civil com o Poder Público é superimportante. E desde já, eu proponho, realmente, um grande pacto.

Eu viajei o Brasil inteiro junto com o Instituto Banco Vermelho, do qual eu sou embaixador. E nós temos aqui o símbolo da campanha, o nosso banquinho vermelho. Nós levamos esse projeto para 12 estados do Brasil. E o que nós temos visto é que há, muitas vezes, uma desconexão entre o Poder Público. Muitas vezes, uma desconexão entre a Câmara dos Vereadores e a Prefeitura; a Prefeitura com a Câmara; a Prefeitura com o Governo do Estado ou mesmo com outras entidades. Eu acredito que se todo mundo não se sentar à mesa para discutir essas políticas públicas, com certeza, vamos ter ações dispersas, com recursos gastos, digamos, de forma inadequada e sem atingirmos os objetivos que nós propomos.

Eu queria fazer uma apresentação rápida dentro do meu tempo falando um pouquinho sobre isso: os papéis das instituições, que precisam estar atentas e conectadas.

Primeiramente, lógico, é a Câmara de Vereadores, que está se propondo, através dessa audiência pública.

E vamos avançar no sentido de mostrar qual é o papel de uma câmara municipal com relação a essa temática.

Logicamente, a criação e a aprovação de leis de proteção às mulheres.

O próprio Vereador Thammy apresentou algumas leis, alguns projetos de lei. Um deles fala sobre a questão das empresas, que é ao que eu vou me ater um pouco mais esta noite.

Ainda sobre o papel de uma câmara municipal, a fiscalização e aplicação das políticas públicas – a Prefeitura executa as políticas públicas, mas cabe aos Vereadores toda essa fiscalização e um auxílio também à Prefeitura, para que essas políticas possam realmente ser eficazes – a proposição de campanhas de conscientização.

E aí eu já chamo a atenção, inclusive, da própria Secretária para a necessidade de que esse tema seja muito discutido dentro das escolas – do ensino fundamental, principalmente.

Nós sabemos que mudar a cabeça de um adulto é muito difícil, mas formar uma geração é mais fácil. E um dos projetos que o instituto que é nosso parceiro vem fazendo é o projeto *O Banquinho Vermelho Vai à Escola*.

Eu já proponho à Secretária essa ideia: as crianças poderão construir esse banquinho vermelho com palitinhos de picolé vermelhos. Eles vão colocar frases e o 180.

Imaginem uma criança chegando na sua casa com um banquinho igual a esse, colocando em cima da mesa, colocando em cima da geladeira. O pai já vai ficar alerta. Vai dizer: “Meu filho, minha filha, estão antenados; e minha esposa está também está atendida com essa questão”.

Uma simples iniciativa como essa pode prevenir atos de violência dentro de casa.

Então, pedimos que isso também seja pensado.

E deixo também como sugestão à Câmara de Vereadores, ao Vereador Thammy, um modelo que nós fizemos em Pernambuco, na legislação voltada a pessoas com deficiência: um grande revogaço.

O que é um revogaço? É uma análise de toda as leis que já existem na Câmara

Municipal de São Paulo, uma análise profunda, que, inclusive, pode contar com a participação de estudantes de direito, de instituições de ensino, quando reunimos toda essa legislação e analisamos as leis que pegaram, as leis que não pegaram, as leis que não têm mais motivo de existir, e a criação de novas leis.

A partir do momento que o seu mandato possa propor esse revogação, nós temos condições de analisar não somente a legislação no Estado de São Paulo como também trazer para cá leis que estão dando certo em outros municípios do Brasil. Nós precisamos fazer isso. Não é feio copiar. Somente copiamos, realmente, o que é bom.

Como disse a Secretária, a Prefeitura tem “n” atribuições, que não são poucas, e tem um papel fundamental. Ela falou sobre os centros de referência, as casas de acolhimento, os canais de denúncia, o próprio atendimento psicológico e jurídico. A senhora falou na van. Nós fizemos um trabalho em vários estados com a Caravana Feminicídio Zero, utilizando vans. Então, se a senhora só tem uma van, vamos buscar empresas, instituições, que possam ceder outras vans. Uma van só não faz verão, como dizemos “uma andorinha sozinha não faz verão”. Mas, por exemplo, a OAB tem uma van. A Universidade de Guarulhos, que eu também represento, tem uma van. Se juntarmos todas as instituições que possuem um equipamento como esse, nós vamos ter um verdadeiro exército nas ruas, levando essa mensagem para os quatro cantos do Estado de São Paulo.

Como eu falei: incluir essa temática nas escolas. Isso é superimportante. Importantíssimo envolver os professores, envolver toda a comunidade e também os alunos.

E já deixar uma sugestão muito séria. Eu conheço muitas pessoas que organizam eventos no Brasil.

Não vemos nenhum tipo de contrapartida social por parte dos organizadores de eventos no Brasil. O evento é um local onde você reúne, muitas vezes, drogas, álcool, a sensualidade aflorada, os homens a ponto de atacar nesses eventos. E o preparo dessas equipes?

Sabemos que existe o protocolo *Não se Cale*, mas precisamos que todo evento que

seja realizado no Município de São Paulo, ou no Estado de São Paulo, que tenha qualquer tipo de apoio – eu já proponho a sugestão de um projeto –, que receba qualquer apoio da Prefeitura, seja financeiro ou de suporte através dos órgãos públicos – Polícia Militar, Guarda Municipal, limpeza urbana –, esse organizador do evento seja obrigado a dar uma contrapartida social. De que forma? Comprovante que seus colaboradores que passarem pelo protocolo *Não se Cale* e também exibindo durante o evento todo o material publicitário das campanhas que são desenvolvidas pela prefeitura de São Paulo, ou mesmo pelo Governo do Estado – nos telões, através de faixas, cartazes, chamadas de locução. Não é possível que essas pessoas não recebam recurso público, o apoio do serviço público, e não deem nenhum tipo de contrapartida social.

Vamos avançar, que o tempo corre.

Lançamos em São Paulo um projeto chamado *Empresas por Elas*.

O que queremos com isso, através do Instituto Êxito de Empreendedorismo? Levar essa temática da discussão da violência de gênero para dentro das empresas.

Sabemos, hoje, que as empresas precisam estar atentas nesse assunto.

E eu já queria passar ao próximo *slide*, mostrando que o silêncio também mata. E as empresas podem salvar vidas. Hoje, as pessoas passam mais tempo dentro do trabalho do que em casa. E, muitas vezes, o ambiente de trabalho é o ambiente mais seguro que aquela pessoa tem – porque o transporte público não é seguro; a sua casa não é segura. E o ambiente de trabalho, muitas vezes, é o ambiente seguro; ou não. Então, para isso, as empresas precisam trabalhar.

Uma em cada três mulheres, segundo a OMS, sofre violência ao longo da vida. E muitas continuam trabalhando, escondendo essa situação dos seus empregadores. E o local de trabalho pode ser esse único espaço seguro.

O que precisamos que seja visto? Que os CEOs, os gestores de RH, precisam começar a olhar para dentro da empresa e identificar as suas colaboradoras que estão em situação de violência. Isso gera o quê? Uma queda de produtividade.

Isso causa, digamos, um problema muito sério no clima organizacional das empresas. E muitas vezes aquele agressor pode ser um namorado que trabalha na empresa, ou mesmo um marido, um companheiro. Então muitas vezes o problema está dentro da empresa e as empresas não estão sabendo.

Então o que é que precisa? Criar canais internos, seguros e sigilosos; garantir o anonimato – isso é superimportante para que ela tenha segurança em transmitir aquela situação que ela vem vivendo; equipes treinadas; também criar um espaço de acolhimento – isso é superimportante. A Tim possui um espaço seguro dentro das lojas. Todas as faculdades do Grupo Ser Educacional também possuem esse espaço seguro onde todos os colaboradores estão treinados e preparados para fazer o acolhimento dessas mulheres.

Regulamentos claros contra a violência e o assédio, treinamentos periódicos, incluir também esse tema no código de conduta. Quem for aceito na empresa já precisa conhecer esse código de conduta, e todos os colaboradores, gerentes, diretores e a alta cúpula também precisam ficar antenados com essa questão. Então capacitar líderes e criar protocolos de casos, principalmente que sejam confirmados dentro da empresa. A gente não pode fechar os olhos para as colaboradoras e os colaboradores que estão sofrendo violência dentro das empresas. Programas de reintegração profissional, apoio psicológico e cursos de capacitação.

Estou acelerando um pouco por conta do nosso horário.

E quais os benefícios para a empresa? Muitos. Primeiro, o fortalecimento da marca como uma empresa cidadã. Isso há um reconhecimento social espontâneo, a melhoria do clima e dos riscos trabalhistas e reputacionais dessas empresas. Imagina estourar dentro de uma empresa um caso de violência, de feminicídio dentro da própria empresa, entre colaboradores. Então isso é muito negativo.

Qual o papel das empresas por segmento? A gente pode trazer aqui muitas sugestões, inclusive encaminhar também, Vereador, depois, sugestões por escrito, porque a gente não vai ter aqui muito tempo para isso. Mas a empresa precisa ser parte dessa solução e adotar esses programas empresariais de apoio às suas colaboradoras.

E nós temos parcerias, e aí, desde já, parabenizar muito o seu Instituto, porque é exatamente isso que eu trouxe para falar. Por que não empresas de odontologia, por exemplo? E já cito a Odonto Excellence, que vai fazer um grande trabalho no Brasil inteiro, levando esse trabalho para dentro dos 1.500 franqueados. Outras empresas precisam fazer algo igual, e também os conselhos de classe. O Conselho Regional de Odontologia precisa convocar os seus filiados a aderirem, a criarem uma cota social.

Da mesma maneira que você vem fazendo isso, é importante que outras empresas também façam, porque se cada empresa destinar uma quantidade x de atendimentos para mulheres que sofreram algum tipo de violência, principalmente na face, e a reconstrução da face, a reconstrução dentária, a gente vai conseguir atender milhares de mulheres que estão precisando neste momento, que não recebem esse tipo de apoio do SUS. Nós temos aqui casos de mulheres que sofreram vários tipos de mutilação, que precisam que clínicas de estética, clínicas ginecológicas possam também dar esse tipo de apoio e essa cota social.

Agora, não vou ser eu, não vai ser o Vereador Thammy que vai ligar de um por um para a gente conseguir isso. Por isso que eu digo: a gente precisa propor aqui um grande pacto em que a gente sente à mesa, verifique onde estão os problemas e quem pode ajudar. Eu acho que isso tem que ser uma ação conjunta, uma ação coordenada e conectada entre a sociedade e os poderes públicos.

Nós temos também que fechar parcerias com universidades. Eu vou dar um exemplo aqui, e faço questão de citar as instituições, pode ser empresa privada. Não é propaganda, é mostrar que as empresas privadas também têm um papel. Na pandemia, eu me lembro bem que os veículos de comunicação que nunca citavam o nome de empresas privadas que faziam o bem passaram a citar, porque isso contaminou, foi uma pandemia do bem, as pessoas passaram a apoiar, as empresas passaram a apoiar.

Nós temos o caso, por exemplo, do grupo Ser Educacional, que concedeu mais de 100 bolsas de graduação gratuitas de ensino a distância para mulheres vítimas de violência doméstica. Elas precisam romper o ciclo de violência, aquela dependência financeira dos seus

companheiros. A partir do momento que ela faça um curso superior, faça uma pós-graduação, receba um microcrédito, tenha muitas vezes, digamos, prioridade de contratação nas empresas – aí vem mais um projeto de lei do Vereador Thammy, superimportante –, para que elas possam concluir o ensino superior e romper o ciclo da violência através dessa dependência financeira. Empresas de telefonia, água e energia, custa nada inserir isso nas contas de energia, inserir um real, dois, para que a gente crie um fundo de apoio a essas mulheres. É possível, basta uma grande articulação e a procura dessas entidades para que isso seja pactuado.

Esse projeto é belíssimo, a gente propôs aqui. Thammy, inclusive, se propôs a colocar em seu gabinete um projeto muito simples, que é o projeto Cadeira Vazia. Nós criamos esse projeto em que nós colocamos uma cadeira vazia, Secretária, dentro de cada sala de aula das instituições de ensino superior do grupo Ser Educacional, uma cadeira que custa 60 reais para ser adesivada, porque a cadeira já existe. Com 60 reais você sensibiliza 60 a 80 alunos dentro de uma sala de aula. E nós tivemos uma postagem de uma aluna que, ao entrar na sala de aula, se deparou com a cadeira e fez uma publicação dizendo: “O meu dia acabou, eu estou arrasada”. Eu pensei que a campanha tinha sido negativa, mas não. A mãe dela passava por violência doméstica. O *Terra Fatos* republicou, essa postagem teve um milhão de curtidas.

Então esse é o tipo de projeto barato que pode ser levado para todas as secretarias de Estado, da Prefeitura, escolas estaduais e escolas municipais a um custo baixíssimo. E a gente já se coloca à disposição para disponibilizar gratuitamente esse *know how* e esse projeto para todos vocês. Temos aí o banquinho pequeno, que também pode ser disponibilizado para vários espaços públicos, é um elemento urbano. E temos também o banco vermelho gigante, que se tornou lei federal junto ao Ministério das Mulheres, junto ao projeto Feminicídio Zero, em que esse banco é um elemento urbano que chama a atenção para esse problema em todo o Brasil.

Esse é um projeto que nós estamos trazendo também aqui para São Paulo, que é o Sinal Vermelho em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo. Essa ferramenta justamente identifica os casos de feminicídio. Caso esses processos de feminicídio não estejam tipificados

junto ao Tribunal de Justiça como feminicídio, essa ferramenta identifica, porque os próprios familiares acessam, inserem as informações e o Tribunal tem o *login* e uma senha, já avoca esse processo e já agiliza o seu julgamento. Em Pernambuco nós lançamos esse aplicativo, em seis meses todos os casos cadastrados foram a julgamento e os réus foram condenados a pena máxima. Então é sinal de que funciona.

Cursos rápidos, isso é superimportante levar para as escolas, levar para a construção civil, para a rede hoteleira, também para vários outros locais que necessitam receber esse tipo de treinamento.

Esse é o projeto que nós lançamos em Pernambuco, o Banco Vermelho Vai à Obra. Nós identificamos que quase 50%, Vereador Thammy, dos homens em medidas protetivas em Pernambuco eram trabalhadores da construção civil. Então nós colocamos, junto a empresa Rio Ave, um banquinho vermelho em cada canteiro de obra e estamos levando esse curso para todos os funcionários das obras da Rio Ave em Pernambuco. A ideia é trazer aqui para São Paulo, junto com o Secovi, com a Demi e com empresas da construção civil para fazer um projeto similar.

E, para finalizar, nós estamos colocando à disposição, através do Instituto Êxito, uma plataforma criada especificamente para mulheres vítimas de violência doméstica. São trilhas empreendedoras onde ela pode, além de capacitar em várias áreas, ela pode aprender a fazer um bolo, um hambúrguer *gourmet*, enfim, aprender um ofício, vender e ganhar algum tipo de dinheiro.

E aí sim, para fechar a minha participação aqui, dizer que o foco de todas as campanhas deve ser nos homens. Infelizmente, nós, homens, somos os vetores da violência e a gente precisa estar ativamente participando dessas campanhas de conscientização. E, como eu disse, propor um grande pacto não só aqui na cidade de São Paulo, mas em todo o Brasil.

Então receba, Vereador Thammy, os nossos agradecimentos, os nossos parabéns. Desculpem passar um pouco do tempo, mas era necessário para que a gente pudesse aqui expor alguns pontos superimportantes. Então desde já agradeço a todas e a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sérgio.

A Andréa Rodrigues, que é a presidente do Instituto Banco Vermelho, está em trânsito e não consegue participar *on-line*, e quem vai participar é a Paula Limongi, diretora executiva do Instituto. Ela está *on-line* já?

– Manifestação fora do microfone.

O SR. SÉRGIO MURILO – Acho que tem que esperar alguém aceitá-la?

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Ainda não?

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Ainda não? Não? Paula Sampaio Limongi. Está *on-line*. Passo a palavra para a Sra. Paula Sampaio Limongi.

A SRA. PAULA SAMPAIO LIMONGI – Boa noite a todos e a todas. Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Bem, escutamos sim.

A SRA. PAULA SAMPAIO LIMONGI – É uma grande honra e um prazer estar aqui hoje. Gostaria de saudar toda a Mesa, na pessoa do Vereador Thammy.

Infelizmente, a gente não pôde estar aí hoje, porque, como o Sérgio falou, até levantar, eu estou aqui com a camisa do Banco Vermelho Vai à Obra. Hoje foi a última edição desse projeto que creio deve ser alcançado por todo o Brasil, porque se sabe que não é diferente assim o índice de 40% de homens que detém a protetiva estarem na construção civil. Acredito muito que esse índice se repete no Brasil todo.

Mas eu vou ler aqui um discurso que Andréa, minha amiga querida, companheira, preparou para vocês. Por questões de força maior, ela não pôde estar aqui hoje.

Quero dizer para o meu grande amigo Sérgio Murilo, que nos representa muito bem, o meu agradecimento por estar presente fazendo as honras do Instituto Banco Vermelho.

Vou ler o texto que a Andréa fez. Espero que vocês gostem.

“Quero, através do Vereador Thammy, saudar todos e a todas presentes. Parabenizo o Vereador pela iniciativa de convocar uma audiência tão necessária e urgente. Que essa

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 25 DE 43

iniciativa seja um marco na construção de políticas públicas que salvam vidas de mulheres, em São Paulo”.

Eu sou Paula Limongi, vice-diretora do Instituto Banco Vermelho, que nasceu da transformação de um luto em luta. Andréa perdeu sua melhor amiga para o feminicídio. Foi um caso muito emblemático que chocou o Brasil inteiro, quando aquele homem jogou o carro numa árvore, simulando um acidente de trânsito. Andréa não velou, nem enterrou a sua amiga. Ela foi, imediatamente, para uma delegacia com o celular dela e disse ao delegado: “Isso não foi acidente, foi um feminicídio”.

Por incrível que pareça, Patrícia Wanderley foi vítima desse feminicídio, sem nem entender que era vítima. Ela estava divorciada há um ano, tinha dois filhos e o ex-marido não aceitava o divórcio, porém ele nunca encostou um dedo em Patrícia. Ela não sofria agressão física, mas sofria todos os tipos de violência.

Então, durante esse tempo, Andréa lutou quatro anos e meio, foi a principal testemunha do caso para provar que aquilo não havia sido um acidente, mas, sim, um feminicídio.

Nós éramos colegas de profissão. Nesse caminhar de Andréa, eu perdi uma colega de escola, uma mulher também instruída, de 35 anos e um namoro de oito meses. Ele também não aceitava o fim da relação. Renata foi executada com um tiro na cabeça, aos 35 anos.

Quando chegou o julgamento do caso de Patrícia, a Andréa teve a ideia de criar esse Instituto, que é a transformação de um luto em luta. Hoje, os bancos vermelhos são símbolo da nossa luta, Lei Federal 14.942, uma política pública de prevenção à violência contra a mulher.

Ainda não chegamos oficialmente em São Paulo, a principal capital econômica do país, que apresenta um dos maiores crescimentos de violência contra a mulher, segundo o Anuário de Segurança Pública.

Esperamos chegar em breve e contamos muito com esta Casa.

Mas por que um banco? Porque ele é um ícone democrático. Está nas principais vias públicas, nas praças, nas periferias, igrejas, hotéis de luxo. Como está no cotidiano das pessoas,

é um excelente vetor de comunicação. Um banco de praça comum convida a pessoa a sentar e descansar. O banco vermelho vai além, ele convida para se sentar e refletir, levantar e agir.

O banco gigante é o símbolo maior da nossa luta. Ele é gigante porque a causa também é gigante. Ele é vermelho porque representa o sangue derramado pelas vítimas de feminicídio. Cada banco pequeno gigante carrega uma mensagem de prevenção e traz canais de ajuda para mulheres buscarem apoio para si ou para alguma outra que conheça.

Quando o nosso Instituto criou a campanha e marca Feminicídio Zero, servido ao Ministério das Mulheres por meio de um acordo de cooperação técnica, nossa intenção era clara, trazer a mensagem de tolerância zero a esse crime brutal.

O Instituto Banco Vermelho tem atuado com intensidade e compromisso em todo o país, não apenas instalando bancos que informem e conscientizam, mas também indo além com diversas ações para mulheres com foco em prevenção.

Falamos com as crianças com ação Banquinho Vermelho Vai à Escola e conversamos com adolescentes sobre a temática namoros abusivos. Além disso, fortalecemos e damos visibilidade à rede de proteção já existente, mostrando para cada mulher que ela não está sozinha e que há caminhos de apoio e saída.

Mas também falamos com os homens em projetos como o Banco Vermelho Vai à Obra, criado pelo nosso Instituto com o apoio da UNINASSAU, que leva à prevenção e à informação direta aos trabalhadores da construção civil.

Porque o enfrentamento à violência contra a mulher também passa e, principalmente, passa por trazer os homens para esse diálogo. E é sobre isso que quero falar um pouco mais neste espaço. Diante desse convite tão importante que recebi para estar aqui hoje, decidi que não traria mais do mesmo porque os números já gritam por si só.

Há muito tempo nós já sabemos que vivemos um colapso em relação à violência contra a mulher, sabemos que o Brasil é o quinto país que mais mata a mulher no mundo, em um universo de 196 nações. Sabemos que, a cada seis horas, uma mulher é assassinada no Brasil. Temos mais de quatro vítimas de feminicídio, por dia, em nosso país.

Mas o que ainda não sabemos é sobre o perfil dos homens que estão agredindo e matando mulheres. Quase nada se sabe sobre eles. Hoje, quero trazer uma abordagem que não tem recebido o foco necessário, mas que é absolutamente indispensável se quisermos, de fato, mudar esse cenário.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública, de 2024, cerca de 97% dos assassinos de mulheres são homens. Se os homens são os vetores centrais dessa violência, então precisam ser parte da solução. Ocorre que poucos sabemos sobre eles. As mulheres que morrem, sabemos que são 64% negras, a maioria vive em periferia; 71% têm entre 18 e 44 anos; cerca de 70% morrem dentro de casa, pela mão do seu companheiro ou ex-companheiro.

Mas quem é o homem que mata? Quem é o homem que agride? Não há uma base de dados robusta, consolidada e qualitativa sobre quem são esses homens. Qual a faixa etária, grau de instrução, ocupação, histórico familiar, criminal? Essa ausência de informação compromete a criação de políticas públicas assertivas e impedem ações preventivas e eficazes. Precisamos de uma base de dados profunda sobre o perfil do agressor. Sem conhecer quem são esses homens, continuaremos atuando apenas no campo da repressão, da reação e não da prevenção.

Ninguém nasce feminicida, é ensinado por uma cultura machista e misógina. E precisamos entender esse perfil, para avançar nessa direção. São Paulo precisa ter uma pesquisa profunda, de caráter oficial, voltado, exclusivamente, para mapear o perfil dos autores de feminicídio.

Mas também queremos chamar a atenção para algo importante. Na comunicação oficial e de forma geral, sempre toda a campanha sobre violência doméstica é voltada para as mulheres. Mas e os homens? Por que também não falamos diretamente com eles, se são eles que estão agredindo e matando? Ignorar parte da equação é fechar os olhos para a raiz do problema.

O perfil das campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher ainda é colocado todo o peso, da denúncia e da saída da situação, sobre os ombros da própria mulher.

É como se a responsabilidade fosse sempre dela. Ela que perceba o sinal, ela que denuncie, ela que rompa o ciclo, ela que enfrente, ela que sobreviva, ela que lute.

A pergunta que precisa ser feita é: onde estão as campanhas para os homens? Campanhas que o confrontem com a realidade de que ele pode estar cometendo um crime. Onde está a mensagem direta para intolerância do estado ao comportamento misógino machista? Os homens agressores, em sua maioria, não se reconhecem como agressores e muito menos como criminosos.

Quando falamos com um homem em nossas ações, percebemos que a maioria, com exceção da violência física, desconhece os outros tipos de violência doméstica, previstos na Lei Maria da Penha, como a psicológica, a moral, a patrimonial e a sexual. Eles não sabem que essa forma de agressão também é crime e que pode resultar em medidas judiciais.

Por isso, é urgente que o enfrentamento à violência contra a mulher também envolva os homens, por meio da responsabilização e da conscientização. Eles precisam ter confrontados com a realidade de que muitos estão cometendo crimes, mesmo sem saber ou até fingindo não saber, precisam se enxergar como parte do problema para serem parte da solução.

Os que agredem precisam se reconhecer como criminosos. Os que não agredem não podem ser omissos. O combate ao feminicídio não deve ser uma luta contra o gênero, mas sim o enfrentamento a uma cultura de dominação que justifique o direito de matar, como se a mulher fosse uma propriedade. Não podemos mais gritar sozinhas por ajuda, enquanto o homem permanece em silêncio. É urgente trazer os homens para essa discussão.

Por fim, queria dedicar o dia de hoje à Juliana, sobrevivente de feminicídio, após receber no rosto mais de 61 socos de seu agressor, Igor Eduardo Pereira Cabral. Esses golpes não atingiram apenas ela, atingiram cada uma de nós mulheres. Porque a violência contra uma é a violência contra todas. Estamos todas socadas, marcadas e feridas, mas seguimos de pé, na luta, nos recusando a ser silenciadas, a cada dia mais conscientes, mais fortes, mais determinadas a falarmos aos homens:

Nem pensem em nos matar. Essa luta não é só das mulheres. Essa é uma

emergência nacional. O Brasil está vivendo uma epidemia de feminicídio e violência contra a mulher.

O Instituto Banco Vermelho se coloca à disposição para fazer parte da mudança desse cenário. Pedimos a todos que nos sigam no Instagram: @bancovermelho. Lá levamos diariamente prevenção a todos e a todas.

Concluo dizendo que tenho um sonho. Sonho que um dia esses bancos gigantes se tornem um memorial, assim como um orelhão de rua. Quando a gente passa com uma criança, hoje, tem que explicar que aquele objeto obsoleto um dia foi um telefone, para o qual a gente comprava uma ficha, rodava lá um numerozinho e fazia uma ligação. A gente espera que, daqui a algum tempo, o mais breve possível, essas crianças se deparem com bancos vermelhos gigantes e perguntem: “Mamãe, o que é isso?” A gente vai falar: “Era para chamar a atenção no tempo em que os homens matavam as mulheres.” A criança vai perguntar: “Mas, mamãe, isso existia?” A gente vai dizer: “Existia, meu filho, mas não existe mais.” Queremos o feminicídio zero em todo o Brasil.

Muito obrigada ao Vereador Thammy Miranda e a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Eu que agradeço, Sra. Paula. Também conheci o Instituto Banco Vermelho num evento de que a gente participou. Conheci o Sr. Sérgio e o trabalho que eles fazem, também. É incrível. Não há como a gente fechar os olhos e não querer estar perto e presente, para a gente poder dar cada vez mais força para o trabalho que vocês fazem, também.

Quero convidar, agora, a Sra. Cristiane Lemos Gomes, a Cris, para poder falar e se pronunciar. A palavra é sua, Sra. Cris.

A SRA. CRISTIANE LEMOS GOMES – Oi, gente. Boa noite a todos. Boa noite a todas. Não sou acostumada a falar em público, mas eu sou uma vítima de violência doméstica. Fui casada por 11 anos. Tenho três filhos e, em 2017, depois de ele ter chegado da rua, no domingo de manhã, discutimos. Ali estava eu, com os meus três filhos. Os gêmeos tinham oito anos e o caçula ia completar dois aninhos na semana seguinte. Nesse dia, discutimos bastante.

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 30 DE 43

Ele já me agredia, porém nunca tinha me mostrado uma arma branca, uma arma de mão. Entretanto, nesse dia, depois de muito discutirmos, ele apenas pegou a arma e voltou. À queima-roupa, ele me deu um tiro na cara, de uma .40.

Fiquei entre a vida e a morte, com meus filhos ali, vendo tudo. Fiquei por quatro dias em coma, por 15 dias na UTI, por um mês internada. Nos quatro dias de coma, minha mãe foi chamada ao hospital e ela disse que os médicos falaram para ela que eu poderia estar paraplégica, cega ou muda, mas Deus é tão grande na minha vida que ele só me deixou com a sequela do rosto, mesmo.

Gente, eu estou aqui por um propósito, mesmo, assim. Depois do caso da Juliana, de 61 socos, eu não sei nem o que dizer, porque eu sei a dor dela. Eu sei o medo dela, a angústia dela, a revolta dela, porque eu tenho o rosto desfigurado. Ele me deixou com o rosto desfigurado. No mês que vem, outubro, vai fazer oito anos e até hoje eu venho sofrendo com este rosto, mas tendo resiliência todos os dias, porque eu fiquei viva. Estou aqui para os meus filhos. Estou aqui para a minha mãe. Estou aqui para os meus amigos. Estou aqui para todos esses anjos que Ele tem colocado na minha vida e estou aqui por todas nós, mulheres, porque é disto que a gente precisa, hoje: é de grito, é de fazer barulho, mesmo.

Estamos sendo mais uma, todos os dias. O meu caso vai fazer oito anos e foi tão grave quanto o da Juliana. Eu acho que não tem peso, mas tem o fato. O meu não foi mostrado, mas foi trágico, também, e é trágico até hoje.

Porém, hoje eu tenho um novo olhar, com a Dra. Carla e com o Vereador Thammy Miranda. Tenho a esperança no meu coração de que pode mudar. Todos esses papéis da Secretária são muito importantes – muito, mesmo, gente, porque, assim, se não fosse a rede de apoio que eu tenho, eu não sei nem explicar para vocês como eu estaria hoje.

Todavia, eu não tenho essas causas, muito, assim. Eu trabalho. Estou atualmente trabalhando em dois empregos porque eu sustento três meninos. Hoje eles vão completar 16 e 10 anos. Então, é uma correria, mas essa correria é o que me deixa viva. É o que me faz querer acordar todos os dias e lutar por nós.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 35

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 31 DE 43

Estou sofrendo de dor. Na semana passada, estava de cama, com dor, porque a minha placa está com problemas. Não é, Doutora? A gente vai fazer cirurgias mais e eu venho sofrendo a cada dia.

Porém, essa dor está me transformando muito, assim. Estou muito mais resiliente e muito mais paciente, porque eu sei que é um processo de formiguinha, e estou me amando mais a cada dia, por mais que eu olhe o meu rosto no espelho todos os dias e fale: “Que porcaria está isso!”

Contudo, eu estou viva e eu tenho Deus dentro de mim, assim, que ninguém mais tira. Eu tenho absoluta certeza de que Ele está aqui, do meu lado, e tem colocado pessoas, anjos, assim, no meu caminho, que não têm me deixado cair, que não têm me deixado parar, nem desistir, nem murmurar, nem reclamar, nem cair em depressão. Então, essas pessoas me curam. Os meus filhos me curam.

É muito importante o que está acontecendo aqui, hoje. Que a gente tenha um grito muito maior. Que a gente tenha mais visibilidade. O Vereador pode contar comigo para falar, mesmo, para levar a ajuda que eu puder. Para nós, mulheres, eu vou estar aqui. Eu não tenho medo. Eu quero falar, porque eu sou uma vítima.

Eu vivo, hoje, a agressão sem o agressor, porque ele está lá. Já cumpriu o dele, lá. Está cumprindo, mas, hoje, ainda, eu sofro com isso. Entretanto, eu procuro florescer todos os dias e essa dor está me transformando nisso.

Então, é muito importante. Nas empresas, também, gente, é muito essencial. Eu sou da Natura. Eu já sofria violência quando entrei lá, na Natura, em 2013. Não falava, gente, porque é muito julgamento. Não é só: “Largue-o. Você não merece isso.” Ou é: “Mulher que apanha é mulher de malandro.” Não é, gente, quando a gente está lá dentro, na sua casa, com seus filhos. Eu achava que eu era totalmente dependente dele. Eu achava que, se eu saísse de lá, eu não ia dar conta, com os meus três filhos. Então, eu acabava aguentando aquilo, ali, mas aquele tiro eu olho como uma renovação. Assim, precisou-se daquilo para eu sair daquele ciclo, porque não é fácil sair do ciclo.

Como eu falo da Natura, esses dias eu provoquei o meu diretor financeiro, porque somos muitas mulheres e meninas. Gente, estão, de fato, muito calados. Estão, de fato, acontecendo muitas tragédias feias e, passando 15 ou 20 dias, vão se esquecendo aos pouquinhos. Nós estamos vindo, morrendo, sabe? Desconfigurando, machucando. E isso atrapalha a nossa vida, a nossa rotina. Eu tenho vivido dias difíceis, mas tenho uma equipe muito linda e maravilhosa que tem me apoiado e me acolhido verdadeiramente, porque trabalhar com dor ninguém merece. Eu trabalho com computador. Então, tem dias que estou ali, mesmo, porque falo, meu Deus, preciso pagar meus boletos, não posso desistir. Então, gente, nossa, gratidão por todo mundo, gratidão por todo mundo que está afim mesmo de gritar, de fazer barulho, de mover. E uma coisa muito importante também, que acho que eu, como vítima, tenho esse lugar para falar, é que precisamos mudar as leis também.

As leis têm que ser monstruosas, porque, com cinco anos, eles estão na rua, com cinco anos, eles estão convivendo com as crianças novamente. Então, enquanto não estiver lá... No Brasil, somos 40% só a favor de uma pena de morte. Eu não sei por quê. Porque, quando a gente olha esses caras, esses... Eu não sei nem o que falar deles, estão agora já debatendo com juiz, debatendo... Eles estão achando que são donos do mundo, e eles esquecem que é a gente que os coloca no mundo. Então, enquanto não bater firme nessa tecla de 50 anos preso... Eu não sei se no Brasil comporta uma pena perpétua, mas 50 anos preso... Porque, se ele tiver 30, ele vai sair só com 80. Mas fechado.

Porque o meu agressor, praticamente, ano que vem, ele já está livre, em liberdade, podendo viver a vida dele, com o rostinho perfeito dele, e fazer o que ele quiser da vida. Então, é isso. Vamos juntos gritar, vamos fazer barulho. Vereador, você vai para o céu. Vocês todos, sabe? Eu nunca me imaginei estar aqui, gente. Eu nunca me imaginei... Quando eu falava, eu quero falar, eu quero falar, eu tenho o meu Instagram, eu falo ali, eu posto o meu dia a dia, às vezes pouco, não gosto de postar muito, nem os meus filhos. Mas é para mostrar mesmo que existe. A vida é o hoje, estamos muitas morrendo.

Então, acolham, vamos fazer barulho, vamos levar para as empresas, vamos levar

para tudo, porque não podemos ser só mais uma morrendo. E vamos levar para a escola também, é muito essencial. Eu, como mãe de três meninos, acho que mostrando na escola, mudando algumas coisas, porque é como dizem, não vem placa, não vem placa falando que é um agressor. Não podemos generalizar. Eu, como mãe de três homens, não vou generalizar. Então, temos que dar essa oportunidade de alguma coisa acontecer, para que logo, logo, essas coisas sejam só mais umas coisas, não tão cruéis como estão sendo. Então, agradeço muito essa oportunidade. Enquanto eu tiver vida, vou lutar, vou falar, vou ir atrás para que mude o sistema. Eu acho que, enquanto não mudar essas leis, enquanto eles não tiverem aquele medinho, se eu bater nela, 50 anos eu vou ficar lá dentro? Não, não vou fazer isso. Por que com cinco anos, meu amor? Cinco anos passou assim que eu nem vi, e hoje ele já está aí um ano. Graças a Deus me deixou em paz, está me deixando, só está com as crianças mesmo. E é o que falei, só quero paz para ter o meu direito de ir e vir aonde eu quiser.

Mas sei que tem muitas de nós que não têm essa oportunidade de estar indo e vindo, ou de ter sobrevivido, ou de ter o agressor lá no canto dele e ela no canto dela. Então, somos muitas que está acontecendo. Eu trabalho com muitas meninas e mulheres e gosto de abraçá-las, de conversar mesmo, de conversar com elas, de dizer que estou ali. Porque acho que a parte principal também é não vir com julgamento, não vir. Não vi. Eu não tive culpa de levar esse tiro. Eu ia morrer de graça depois de ter feito uma faxina, depois de ter feito comida, depois dos meus filhos estarem de banho tomado, trocados, e eu ia morrer de graça. E ele ia continuar vivo, ia pegar 20 anos, um pouquinho. E aí, o que acontece? Mas a vida é o hoje, então a gente precisa mudar isso. Obrigada. Passei do horário, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Cris, pelo seu depoimento. Quando eu conheci a Cris também, a gente se conheceu em um evento que a gente fez lá pelo gabinete, um evento para as mulheres, e a Cris estava lá participando do evento, e a gente se conheceu, e, desde então, a causa dela virou a minha causa, e a gente vai estar juntos sempre, Cris. Obrigada, Dra. Carla, por acolher a Cris.

A SRA. CARLA GÓES – Tem uma coisa que eu até queria falar aqui, muito

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 34 DE 43

importante, gente. A importância de nós procurarmos sempre ajuda, procurar falarmos um com o outro. Esse trabalho todo que nós tivemos lá, junto ao Hospital das Clínicas, não foi fácil. Falando assim, parece que foi muito fácil que tudo aconteceu. Foi um trabalho longo. Mas, hoje, a Cris é atendida na parte de psiquiatria, os filhos dela foram avaliados.

A SRA. CRISTIANE LEMOS GOMES – Os meus filhos foram liberados do tratamento psicológico.

A SRA. CARLA GÓES – Olha que bênção.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Graças a Deus.

A SRA. CARLA GÓES – E as cirurgias são de um porte muito grande, então, ela está tendo todo o acompanhamento do pessoal de cabeça e pescoço, do pessoal de oftalmologia, de crânio. Então, assim, chegam momentos que não adianta, você tem que contar com um time forte. Uma coisa importante que eu quero falar é que nós estamos montando dentro do Hospital das Clínicas uma cadeira opcional sobre violência doméstica para que as pessoas da área de saúde possam fazer. Eu desejo que seja obrigatória daqui a um pouco, mas, sendo optativa, já é uma coisa muito boa. E, agora, vou em breve convidar a todos vocês que vai ser lançado o primeiro livro sobre a propedêutica da violência doméstica dentro do Hospital das Clínicas, tendo três autores homens, e eu, felizmente, vou ser uma das autoras mulheres, para explicar, informar, levar essa informação, principalmente às pessoas que estão ali no atendimento, principalmente aos colegas médicos da área de saúde, para que tudo o que muitas pessoas passam, e é muito doloroso mesmo, pelo menos nós termos essa obrigação social, que é fundamental. Obrigada, Cris.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito bem. Fico muito feliz de ser a ponte dessas pessoas e conectar todos vocês, que isso é muito, muito, muito importante mesmo. E, só para encerrar com a Cris, Cris, você continua linda.

Eu quero, agora, abrir a palavra para a Thaís Vaz, ela é atriz e dramaturga, também vítima de violência doméstica, e a palavra é sua, Thaís.

A SRA. THAÍS VAZ – Alô, oi. Bom, primeiramente, boa noite, obrigada também pelo

convite, muito feliz de estar dividindo essa mesa com pessoas que estão lutando por melhorias e direitos, Dra. Carla, Regina, muito obrigada, Dr. Sérgio, muito obrigada, Cris. Bom, vou falar um pouco aqui da minha história também, para vocês.

Eu sou Thaís Vaz, tenho 44 anos, sou atriz, diretora, dramaturga e PCD monocular. Fiquei cega do olho esquerdo aos 19 anos e, nessa época, tinha acabado de me formar na escola. Eu já trabalhava como modelo e, após essa formação, integrei o elenco de apoio de *Malhação*, no início, em 1999. E fiz também algumas participações na Casa. Isso me deu um alerta. Falei, vou continuar seguindo essa carreira e vou me profissionalizar. Só que, no meio do caminho, durante o carnaval, eu tinha feito a matrícula durante o carnaval, eu viajei com meu namorado e com um grupo grande de amigos. A minha relação já não andava bem, com agressões verbais e físicas recorrentes. E foi assim, em um momento bobo, em um desentendimento, no meio de uma brincadeira, que ele desferiu um soco no vidro, do outro lado do quarto onde eu estava, na minha direção, o que gerou o que vocês podem pensar de pior no olho que eu tive. Eu tive catarata traumática, eu tive cortes na córnea, eu tive descolamento de retina e tive perda total da visão depois de algumas complicações e cirurgias. Hoje eu uso essa prótese estética, que me faz parecer normal, não é? Muita gente não percebe. Eu fiz *Malhação*, depois, em 2004; fiz outras novelas. Hoje trabalho com teatro, com TV, com cinema. Mas, se não existisse essa lente, talvez a minha carreira tivesse acabado mesmo antes de começar.

Eu só tinha 19 anos, eu era uma menina, eu não tinha noção do que era. A gente não tinha informação naquela época, não se falava sobre isso. Eu não imaginava que vivia uma relação abusiva e violenta ou que corria riscos graves. Talvez se eu tivesse essa orientação na escola ... É muito legal essa ideia que vocês estão dando, e é exatamente sobre isso que eu queria falar. Acho que essas informações – a história de agressões – têm que estar na TV, têm que estar na rádio, têm que estar no cinema. Se eu tivesse visto histórias de agressão naquela época – como a minha, como a da Maria da Penha, como a da Cris, como a dessa mulher que tomou 60 socos na cara –, talvez eu tivesse um alerta tão grande dentro de mim que eu não teria ficado cega.

Então, esse trabalho que vocês estão fazendo, que a gente está trazendo, essa história é muito importante. A gente precisa falar sobre isso. E justamente por eu ser uma menina na época, eu queria mencionar os dados desse relatório que a Dra. Regina trouxe, *O Visível e Invisível – A Vitimização da Mulher*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostram que 17% das mulheres que relataram ter sofrido algum tipo de violência no ano passado tinham entre 16 e 24 anos, sendo o maior pico aos 25 anos, e que 64% dessas mulheres são negras.

É nítido que essa informação vem da educação, do lar, das escolas. A gente precisa conversar e encontrar caminhos para gerar reflexão, com uma informação segura; e estruturar uma rede de apoio para jovens e uma comunicação assertiva para essa prevenção, gerando transformação na sociedade, como deve ser.

Então, sobre esse trabalho que você falou, das empresas, acho muito importante todo o trabalho dos programas. Depois eu quero até pegar essa lista com a Regina, desses programas do Governo, porque eu hoje também faço um trabalho de conscientização nas redes sociais. Tenho uma peça solo que eu estou desenvolvendo também para contar essa história, além do livro. Então, tem todo esse trabalho que estou fazendo, usando da minha arte para me conectar com essas pessoas, me conectar com essas crianças, com essas meninas que passam por isso.

Também acho muito importante esse discurso da Andreia sobre esse contato que a gente tem que ter nas comunidades, e com o homem também, pois não vejo isso. Além disso, levar essas informações para o interior, porque o maior número de casos não está na capital, mas no interior.

A violência de gênero hoje é considerada uma pandemia invisível, tão alarmantes são os dados que existem hoje no Brasil. Ano passado, a gente teve 21 milhões de mulheres agredidas de alguma forma só no Brasil. Então, é um número muito grande. Falei sobre isso na rede social, e as pessoas dizem: “Fonte”, como se eu estivesse inventando esses números.

Eu procuro me basear justamente para a gente poder dialogar também com essas pessoas que não querem conversar, com esses homens que renegam. É importante enfrentar

essas sombras para evoluir. Não é só informar a mulher, a gente precisa puxar os homens para essa conversa.

O relatório também fala que 91% das vítimas afirmam que as suas violências foram presenciadas por terceiros: 27%, os filhos e 43%, amigos ou conhecidos. A gente está falando com essas pessoas, a gente está orientando essas pessoas para poder acolher, porque muita gente não fala. Você não falava, eu não falava, porque a gente sente vergonha. Por mais empoderada que a mulher seja – e a Patrícia Ramos também deu um depoimento no Instagram dela –, ela tem vergonha, ela não vai falar.

Muitas vezes, eu sugiro procurar ONGs que existam na sua cidade, porque eu acho que o acolhimento psicológico é mais efetivo do que uma ligação. Muitas vezes, há reclamações de mulheres que ligaram e não conseguiram falar, não conseguiram ser atendidas.

Acho que esse monitoramento psicológico do agressor após a denúncia seria muito importante. Mais do que essa torçãozeira, acho que a gente deve ter um monitoramento psicológico desse agressor, para além desse trabalho da polícia, do processo investigativo. Existe também esse movimento para a contenção de danos para que a gente consiga diminuir esse quadro.

Antes de falar desse debate sobre as leis, que a Cris trouxe, acho que o mais importante é a gente pensar nesse suporte psicológico, nesse programa que olhe para a raiz do problema de forma completa, segura. Antes que haja o agressor, a gente precisa ir na raiz, porque muitas vezes a justiça é falha. A justiça é isto: tem a medida protetiva, e eles furam a medida protetiva, vão lá e matam a mulher. Então, precisamos investir mais em campanhas, em ações, publicidade dos programas, para, aí sim, a gente conseguir espalhar o máximo possível de informações sobre os tipos de violência e os sintomas do ciclo tóxico para que esse cidadão ou cidadã possa se reconhecer nesse ambiente, pois, como ela falou, eles não se reconhecem, eles não assumem que são tóxicos.

O Thomas Cerrini, que também é psicólogo, psicanalista, poeta e escritor, se reconhece como um ex-abusivo e dá depoimentos na rede social falando sobre isso. Eu achei

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 38 DE 43

muito interessante, porque a gente vê muito o relato das vítimas, mas não vê relatos de agressores, de pessoas que se identificam assim. Então, às vezes você precisa puxar teu amigo, teu pai para essa conversa.

Acho que arte e todo esse trabalho que eu tento fazer, de espalhar essas informações, são muito importantes. Temos que usar todas as ferramentas disponíveis: ONGs, rede social, *streaming*, cultura. Porque a arte cura, influencia com propósito, educa e muda culturas. Penso que a dramaturgia da violência é real e é grave. Estou aqui como um exemplo disso, contando a minha história tanto aqui quanto no teatro, abrindo a minha escuta nas redes para ajudar com acolhimento e para que haja um basta nessa violência, que é geral e de gênero, para que essas mulheres não virem estatística.

Hoje esse é o meu maior propósito. Tenho essa peça solo que estou desenvolvendo. Estou buscando patrocínio, já me coloquei em alguns editais, mas quero muito chegar ao interior e ao Nordeste para poder aumentar e fazer chegar essa conversa.

É isso. Estou querendo muito também estar a serviço do bem, aqui disponível para conversas e movimentos reais de transformação social e desse enfrentamento com a educação e as violências de gênero.

Então, quando vocês puderem, quando precisarem, também estou para acolher, para aconselhar e para, de alguma forma, com a minha arte que criei, depois de tudo que passei, que muitos falaram que eu era cega, que eu não ia ser atriz. Estou trabalhando e me dispondo a ajudar outras mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigada, Thaís.

Um prazer, uma honra te conhecer pessoalmente. Obrigada.

E como sempre digo, o meu mandato é feito de fora para dentro, não faço nada do meu, no meu mandato – de projetos, de leis, de ideias, de pensamentos, nada – de dentro do meu gabinete para fora. É sempre de fora para dentro.

Então, quero muito te receber para pensarmos projetos de leis juntos para ser realmente eficaz para melhorarmos os que já têm, para formarmos novos, mas que realmente vão fazer a diferença na vida das pessoas e das mulheres.

Obrigado.

A SRA. THAÍS VAZ – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – E a nossa última, e não mais importante, mas muito importante, a Maria de Lourdes Borges Cardoso que está inscrita para falar.

A palavra é sua.

A SRA. MARIA DE LOURDES BORGES CARDOSO – Olá, boa noite. Obrigada pela oportunidade. Gostei muito, muito, cresci mais ainda, meu coração se encheu de mais informação, meu cérebro então está correndo, principalmente, porque combina com muitas coisas que – inclusive – anotei aqui, de tudo que pude observar.

E, dispus-me a vir porque realmente falei: “Gente, isso que está acontecendo aqui no Brasil, nessa situação, nesses 69 anos que tenho, nunca vi um treco desse”. Então, acho que é de espantar mesmo, principalmente a avó, a mãe que tem os filhos. Eu falei: “Gente, como vamos deixar esse mundo para molecada?”. Não dá para sustentar tanta violência, principalmente contra a mulher. Nós sabemos, e os homens... isso que eu bati com aquilo, primeiro coloquei divulgação das leis, dos direitos. Tem que gritar para o mundo que existimos e que precisamos de respeito.

Leis mais rígidas. Seis anos está fora? O que é isso? Isso não existe, não pode. Você fala: “Isso não pode estar acontecendo. Se fosse com seu filho? Ponha-se no lugar dela, o que você faria? Ponha-se no lugar, com os três filhos homens, o que você faria?”. Quer dizer, você tem que se colocar na situação do outro para realmente redigir leis e falar assim: “É meu filho. Coloque-se...”. Quando você pensar na lei, pense que é seu filho, é para o seu filho, é a sua filha que está sofrendo.

Então, é isso que acho que precisamos sentir na carne, realmente no coração, tudo isso que as mulheres sofrem.

Coloquei também a formação desde criança, desde os jovens, porque o problema – a senhora é psicóloga – não começa agora, quando eu tenho 69 anos, já começou lá na frente, quando vivia com o pai, com a mãe, porque eu vivia.... Meus pais são maravilhosos, nunca vi meu pai, minha mãe brigarem, nunca vi falarem um palavrão, nunca vi nada disso. Quer dizer, essa experiência você tira da sua casa, sem ter psicólogo.

Imagina, esse cara que é violento, precisa de tratamento? Sim. Essa união de homens, como existe a das mulheres, tinha que existir de homem. “Poxa, somos o que? O que está acontecendo conosco?”. Homens, o que está acontecendo com vocês? Vocês estão com problema na casa de vocês, com a família de vocês, com a mãe de vocês? Vai tratar, para isso existe a psicóloga.

Hoje existem tantas ferramentas que podemos usar. A psicóloga está aqui. Eu sempre falo “Gente, todas as pessoas deviam passar no psicólogo”. Todo mundo, porque sempre tem um resquício, sempre tem alguma coisa que você trás da sua infância, da sua casa, da sua avó, do seu... você traz as coisas. O psicólogo é Deus? Não. Ele vai te dar ferramentas para você trabalhar e não transmitir isso para o teu filho, para os teus netos, para tudo que vier atrás.

Programa de formação e formação para homens. Nunca teve isso. Todo mundo está falando das mulheres, e os homens? Conscientização e formação para o homem, por que não?

Agora, prevenção psicológica e aulas. Isso de proteção de defesa pessoal. Mulherada tem que aprender realmente a se defender. Não é com violência, não é isso. Aulas que deveriam de ter nas Subprefeituras, naqueles CEUs, lá no Tatuapé tem um espaço maravilhoso. Vamos dar aula de proteção até você se livrar, pelo menos você se livrar, até alguém aparecer para te ajudar. Não é bater, porque não somos, não temos força, mesmo que faça luta, faça aquilo, o diabo a quatro, não temos a mesma energia física, mas temos aqui ó... Então, podemos determinados movimentos que vemos nas lutas, podemos aprender a nos defender.

O que vai ajudar? É claro que uma velha de 60 anos, de 69, não vai conseguir se defender. Graças a Deus não precisa, mas imagina os jovens, devem começar a aprender, as meninas jovens, nas escolas. Então, imagino isso, como mãe, como avó e como leis.

Acho que a coisa mais... que falamos, quando a economia nos faz sentir no bolso, a inteligência e a capacidade na força de usar isso aqui para fazer leis que realmente funcionem, porque é um absurdo sofrer o que sofreu e o cara está solto. O outro mata... da Mércia Nakajima, que sofreu, que foi morta, o cara está aí, e ainda está processando o cunhado por ter falado que foi ele que matou a irmã. Que lei é essa? Então, acho que Deus deve estar falando: "Então, realmente, o que eu fiz? Botei tanta gente lá que não sabe nem fazer lei direito". Ele deve estar triste conosco.

Está no momento de recuperarmos todo esse caminho que está disposto aí. Está nas nossas mãos, nas mãos desses seres humanos aqui que podem realizar com seu pensamento, com seu coração, com a sua atitude, coisas que vão melhorar a vida das mulheres, dos homens, em toda a sociedade. É isso que falta, falta bastante, mas está aí a chance. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Lourdes, pela sua participação. Claro, a Secretária pode falar. A palavra é sua.

A SRA. REGINA CÉLIA DA SILVEIRA SANTANA – Eu só queria complementar a minha fala, deixei de mencionar porque ainda não começamos a trabalhar, mas na Prefeitura de São Paulo temos o NAAPA – Núcleo de Apoio a Acompanhamento para Aprendizagem que é um setor da Secretaria Municipal de Educação que trabalha a questão de violência de meninos e meninas na rede de ensino fundamental da Prefeitura de São Paulo.

E também temos dois programas que ainda não começamos a trabalhar porque estamos estruturando para realmente colocar na rua, porque não adianta fazer de qualquer jeito, que é o *Eles por Eles* que é da GCM, da Guarda Metropolitana de São Paulo, da Polícia Municipal, e o *Tempo de despertar*, que é da Secretaria de Direitos Humanos, da nossa Coordenação. Não começamos a trabalhar, porque não é só colocar homens que praticam violência e falar com eles. Você tem que ter toda uma estruturação e fazer um programa bem

feito para que ele possa não só se recuperar, mas cair em si do ato que ele fez bem, como também para que ele não pratique mais em decorrência disso.

Eu já venho estudando há mais de 4 anos a Justiça Restaurativa. Eu sou advogada e faço parte da Comissão de Justiça Restaurativa, na qual estamos trabalhando isso com a violência doméstica. Então, como estamos em processo de desenvolvimento e queremos ainda nesse semestre colocar isso em prática para trabalhar os agressores para que eles possam, não somente ser presos e daqui a cinco anos serem soltos, ou então, quando não é um crime mais grave, como foi o das duas que fizeram o testemunho aqui, mas que ele só pague com uma cesta básica ou que ele só pague apenas com um serviço comunitário.

Então, a Justiça Restaurativa vai muito mais além. Por quê? Porque ela trabalha com círculos restaurativos e faz com que o agressor veja o ato que cometeu e que ele não faça mais. Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Eu que agradeço, Secretária.

Bom, e para encerrar, eu gostaria de dividir com vocês que eu sou a criança que viu a mãe ser violentada. Eu a vi apanhar, eu a ajudei a se levantar, eu a vi se reerguer várias vezes. E sei bem como isso machuca não só a mulher, mas também o filho que cresce com essa dor. E é importante lembrar disso. Muitas vezes, as mães não conseguem sair da casa violenta por causa dos filhos, por falta de dinheiro, por abuso psicológico, por conta da violência patrimonial. E a gente sabe que a violência existe, mas sem a denúncia a lei não pode ser cumprida.

Então, hoje temos ferramentas para isso – o auxílio aluguel é uma delas, o incentivo de emprego para as mulheres vítimas, a Casa da Mulher Brasileira, como a Secretária mencionou aqui. São caminhos para que essas mulheres consigam recomeçar.

Mas eu sei, como Vereador e como filho de uma mulher vítima de violência, que só a lei escrita não basta. A gente precisa de ação, de fiscalização e de cobrança. Eu sei também que a lei que só é bonita no papel não salva ninguém. Eu mesmo, logo que assumi meu mandato, percebi que a lei do auxílio aluguel não estava funcionando em São Paulo. Ela existia, mas era a mesma coisa que não existir. E aí eu me juntei com as minhas advogadas lá no gabinete, e a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 47

REUNIÃO: 21269 DATA: 18/08/2025 FL: 43 DE 43

gente foi cobrar e a gente fez um requerimento para o Prefeito Bruno Covas, na época. Em um mês depois do nosso requerimento, ele colocou em prática essa lei e eu me orgulho muito de fazer parte dessa história, dessa lei sair do papel.

E aí a gente não parou por aí. Apresentei outros projetos, como eu disse aqui no começo da nossa audiência, que é a proibição de agressores condenados de ocuparem cargos e concursos públicos, o Selo Empresa Amiga da Mulher, para incentivar a contratação de mulheres vítimas de violência, o Programa Mulher Protegida, que amplia a rede de acolhimento e segurança para essas mulheres.

E essas são algumas das algumas das leis que a gente vai lutar muito para fazer com que elas funcionem. Tudo isso porque eu acredito que cada mulher tem o direito de viver sem medo de criar seus filhos, em paz e de ter a sua dignidade respeitada.

Eu quero agradecer muito cada um de vocês que estiveram aqui presente. Muito obrigado por fazer parte dessa jornada comigo. É com força e com essa nossa luta política que a gente vai conseguir mudar essa realidade. Muito obrigado também a cada um de vocês aqui que vieram participar com a gente, o pessoal que está *on-line* também. Muito obrigado.

E eu termino dizendo uma coisa para vocês: que violência contra a mulher não é um problema da mulher, é um problema meu, é um problema seu, é um problema de cada um que conhece ou que convive, ou que já viu ou já escutou alguma mulher sofrer violência. É um problema de todo mundo. E a gente junto vai realmente vencer essa luta e fazer a diferença na vida dessas mulheres. Muito obrigado por estarem comigo nessa luta. (Palmas)

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública. Muito obrigado. Boa noite a todos.